

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

CONSELHO SUPERIOR DO IFSC

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 27 de fevereiro de 2013

1	Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, na rua Quatorze de Julho, nº 150, bairro
2	Estreito, no Auditório da Reitoria, reuniu-se o Conselho Superior do Instituto Federal de Santa
3	Catarina, sob a presidência da Magnífica Reitora prof. Maria Clara Kaschny Schneider. Estavam
4	presentes os seguintes conselheiros: Francisco José Montório Sobral, representante suplente do
5	Ministério da Educação - MEC; Rosângela Marcos Fêlix, representante suplente da Secretaria de
6	Educação do Estado de Santa Catarina - SED; Sérgio Luiz Gargioni, representante da Fundação de
7	Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina - FAPESC; Antônio José Carradore, representante
8	da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC, (justificou sua ausência)
9	Alessandra Tagliari Caetano da Silva, representante da Federação da Agricultura do Estado de Santa
10	Catarina - FAESC; Fabrício de Souza Albino, representante da Nova Central Sindical de Santa
11	Catarina - NCSTSC; Anna Júlia Rodrigues, representante da Central Única dos Trabalhadores do
12	Estado de Santa Catarina - CUTSC; Dalton Luis Ventura, representante dos egressos do IFSC; César
13	Norberto Rihl de Azambuja, representante dos egressos do IFSC; Widomar Pereira Carpes Júnior,
14	representante dos diretores gerais; Erci Schoenfelder, representante dos diretores gerais; Maria
15	Bertília Oss Giacomelli, representante dos diretores gerais; Nicanor Cardoso, representante dos
16	diretores gerais; Raquel Matys Cardenuto, representante suplente dos diretores gerais; Clodoaldo
17	Machado, representante dos docentes; Marcos Araquem Scopel, representante dos docentes;
18	Cleverson Tabajara Vianna, representante dos docentes; Berenice da Silva Junkes, representante dos
19	docentes; Rafael Nilson Rodrigues, representante suplente dos docentes; Aparecida Rocha
20	Gonçalves, representante dos técnicos administrativos; Andressa Bregalda, representante dos técnicos
21	administrativos, (justificou sua ausência); Cedenir Buzanelo Spillere, representante dos técnicos
22	administrativos; Eliana Cristina Bar, representante dos técnicos administrativos; Joana Alexandrina
23	representante dos discentes; Emanuel Luiz Flores da Silva, representante dos discentes, (ausente);
24	Fernando Topal Ramthun, representante dos discentes; Guerrando Palei Júnior, representante dos
25	discentes. Como convidados estavam presentes: Andrei Zwetsch Cavalheiro, Pró-Reitor de
26	Desenvolvimento Institucional; Elisa Flemming Luz, Pró-Reitora de Administração; Daniela de
27	Carvalho Carrelas, Pró-Reitora de Ensino; Paulo Roberto Wollinger, Diretor de Desenvolvimento do
28	Ensino; André Soares Alves, Assessor de Assuntos Estudantis; Gustavo Henrinque Moraes, Asssessor

de Suporte Educacional. A presidente, prof. Maria Clara Kaschny Schneider, iniciou a reunião 29 30 cumprimentado os conselheiros presentes e solicitou excluir da pauta da reunião o tema sobre 31 orçamento, justificando que a lei do Orçamento ainda não foi aprovada no Senado e, na última 32 reunião do CONIF, o MEC determinou novas diretrizes a serem cumpridas que serão repassadas aos 33 institutos federais para adequação na Planilha Orçamentária 2013. O tema foi retirado da pauta. 34 Pauta: 1. Aprovação da ata de 19/12/2012; 2. Informes; 3. Apreciação da Resolução 35/2012/CS -35 Aprovação do PAINT 2013; 4. Aprovação do Planejamento 2013/2014; 5. Aprovação da Planilha Orçamentária 2013; 6. Alteração do Regimento Geral: Pró-Reitoria de Ensino, CEPE e CDP; 7. 36 37 Apreciação da proposta de institucionalização do PROEJA; 8. Aprovação do PDTI 2013; 9. Organização da pauta de 2013. Ordem do dia: 1- Aprovação da ata da 6ª reunião ordinária em 38 39 19/12/2012: A ata foi aprovada e assinada pelos conselheiros. 2- Informes: A presidente, prof. Maria Clara, informou: a) Em janeiro foi lançado o edital do Concurso Público do IFSC, no qual se 40 increveram em torno de 21.700 candidatos. As provas objetivas serão realizadas no dia 17 de março. 41 42 O processo de homologação ocorrerá em 02 etapas: a 1ª etapa prevista para o dia 17/04 homologará 110 novos servidores para os cargos de técnico-administrativo em educação que não exigem a 43 realização de prova prática e a 2ª etapa homologará os demais cargos que realizarão prova prática em 44 junho. A comissão do concurso trabalhou de forma intensa para garantir a segurança jurídica do 45 certame e houve somente um caso de ação de mandado de segurança. b) O prof. Juarez Pontes 46 deixará a Diretoria do Câmpus Caçador e assumirá a Diretoria do Câmpus São Carlos que está 47 iniciando as atividades na região. As obras de construção do novo câmpus iniciaram em janeiro. O 48 prof. Albertinho Della Giustina, que está na Chefia do Departamento de Ingresso desde a sua criação, 49 assumirá a Diretoria do Câmpus Caçador e a servidora Solange Janete Finger assumirá o 50 51 Departamento de Ingresso. O Câmpus Jaraguá do Sul - Geraldo Werninghaus também tem nova 52 equipe de gestão. O processo de transição iniciou no final de 2012 e o novo diretor, prof. Marlon Vito 53 Fontanive, foi nomeado em fevereiro. O câmpus é novo, mas tem um grupo de servidores do Câmpus 54 Jaraguá do Sul que já tem experiência na atuação do ensino técnico e profissional. A prof. Rita de 55 Cássia Flôr foi nomeada Diretora do Câmpus Tubarão para iniciar a implantação do câmpus na região. Em breve acontecerá a assinatura de cessão do terrreno e o edital de licitação será lançado no 56 dia 05 de maio. Os cursos iniciarão neste semestre em parceria com a Prefeitura de Tubarão. O IFSC 57 está buscando na SETEC a liberação das funções para atender as necessidades dos câmpus e da 58 59 Reitoria e embora não tenha ocorrido a liberação do código CD3 para a nomeação da diretora, foram feitos ajustes na Reitoria para a sua nomeação. c) Foi apresentada na reunião do Colégio de 60 Dirigentes a proposta de criação do Centro de Memória do IFSC. Os diretores já indicaram os 61 representantes dos câmpus e a comissão fará uma apresentação no Conselho Superior. A proposta é 62 mais ampla que a criação de um museu. d) O IFSC Sustentável é um macroprojeto do Planejamento 63 2013. Entre os objetivos está a redução da emissão de papéis, a eliminação de copos plásticos no 64 IFSC e o uso de canecas e outras ações que visam à sustentabilidade. O projeto está associado ao

Programa Esplanada Sustentável do Governo Federal que propõe a redução de gastos nas instituições 66 67 com economia de 10% do custeio. Dessa forma será necessário fazer ajustes na Planilha Orçamentária para cumprir as metas propostas pelo MEC. e) A minuta do Regimento Interno do 68 69 Conselho Superior foi para análise da Procuradoria e já retornou com parecer favorável. Está 70 passando por uma última revisão e na próxima reunião deverá ocorrer a apreciação para sua 71 aprovação. 3- Alteração do Regimento Geral: Pró-Reitoria de Ensino, CEPE e CDP: Em razão 72 do tema necessitar de quórum qualificado de 2/3 para sua aprovação, por já ter sido iniciada a sua discussão na última reunião em 19/12/2012 e por estarem todos de acordo, o ponto foi antecipado. a) 73 74 Proposta da Pró-Reitoria de Ensino – PROEN. A Pró-Reitora de Ensino, prof. Daniela, destacou que 75 ao assumir a gestão o seu principal desafío foi estruturar a pró-reitoria, tendo em vista o leque de 76 atuação proposto para a instituição, de cursos FIC a doutorado, assim como a demanda de programas do MEC, como Pronatec, Mulheres Mil, Certific. Ressaltou que a PROEN precisa de estrutura para 77 operacionalizar e dar o suporte necessário aos câmpus. Nesse sentido foi proposta a criação de 02 78 79 diretorias que atualmente estão funcionando como assessorias. O Asssessor de Suporte Educacional, Gustavo Henrinque Moraes, explicou que a Diretoria de Estatística e Informação Acadêmica - DEIA 80 tem como principal objetivo dar conta das informações acadêmicas relacionadas a número de alunos, 81 de matrículas, de concluintes, índice de evasão, criando uma rede entre a Reitoria e os câmpus. A 82 presidente, prof. Maria Clara, destacou que essa diretoria tem como desafio a segurança e o 83 tratamento da informação, uma vez que o orçamento está diretamente relacionado ao número de 84 85 alunos da instituição, e que hoje é uma fragilidade institucional. O Assessor de Assuntos Estudantis, 86 André Soares Alves, explicou que o principal objetivo da Diretoria de Assuntos Estudantis - DAE é trabalhar em tudo o que envolve o aluno. Hoje o IFSC tem uma diversidade de cursos e de público e 87 88 está desenvolvendo diversos programas de inclusão social, entretanto existem muitos cursos com taxa 89 de conclusão baixa e com taxa de evasão altíssima. O IFSC precisa criar as políticas institucionais e 90 as coordenadorias específicas para estabelecer um fluxo de trabalho entre a PROEN e os câmpus. A 91 presidente, prof. Maria Clara, ressaltou que a criação das coordenadorias ainda está em discussão e 92 que os códigos de função gratificada - FG serão solicitados à SETEC, além disso serão realizados ajustes internos para a criação das novas coordenadorias da PROEN. Os códigos dos cargos de 93 direção para as diretorias já existem, pois estão sendo usados pelas assessorias. A Presidente destacou 94 que ao assumir a gestão priorizou estruturar a Pró-Reitoria de Ensino e essa discussão foi levada ao 95 Colégio de Dirigentes - Codir que apoia a proposta de alteração. O Diretor de Desenvolvimento do 96 Ensino, Paulo Roberto Wollinger, destacou que essa nova estrutura da PROEN é uma estratégia de 97 atuação e suporte para que o aluno venha para o IFSC, permaneça e seja certificado pela sua 98 99 competência, e para mostrar para a sociedade qual é o papel da instituição. O trabalho foi pensado a partir de uma redivisão das necessidades, entre elas a de preparar os professores, especialistas, 100 mestres e doutores para a realidade do IFSC, e tendo em vista que o papel da Reitoria é articular a 101 integração entre os câmpus. Além disso, a perspectiva é de em 05 anos dobrar o número de alunos e a 102

103 intituição precisa estar preparada para esse desafio. O conselheiro Widomar informou que a proposta 104 foi levada ao Codir que apoiou a decisão e ressaltou que para a construção dos câmpus da Expansão 105 II a PROAD foi estruturada. Nesse momento é necessário estruturar o Ensino para poder dar suporte 106 aos novos câmpus. Como coordenador do GT de estudo do Regimento Geral, informou que o parecer 107 foi favorável à alteração. Os conselheiros destacaram: a) a informação acadêmica da instituição 108 representa um desafio tecnológico e precisa de um sistema rápido com banco de dados confiável; b) 109 questionamento sobre o impacto econômico que essa alteração causará na instituição; c) o sistema de 110 informação acadêmica é importantíssimo e é uma demanda urgente do IFSC; d) questionamento 111 sobre o Departamento de Ingresso estar subordinado à DAE e não mais à Diretoria de Ensino; e) 112 questionamento sobre a subordinação das coordenadorias segundo suas competências e áreas de 113 atuação; f) proposição de alteração das competências das diretorias. A Presidente destacou que foi 114 realizado um estudo prévio e a estrutura foi proposta para propiciar a articulação entre os câmpus e 115 dar o suporte necessário aos gestores. Destacou também que a SETEC estabelece as diretrizes e as 116 metas a serem atingidas, entre elas está o índice de 90% de permanência, 10% de oferta PROEJA, 20 117 alunos por professor. A partir de 2014 a matriz orçamentária estará vinculada à oferta de programas, 118 Pronatec, Mulheres Mil, PROEJA e ao atendimento das diretrizes. Na reunião do CONIF, os gestores 119 deixaram claro que os institutos federais só terão a liberação do orçamento pleno se cumprirem as 120 metas propostas. A Presidente ressaltou que a alteração do Regimento Geral é uma demanda pontual 121 da PROEN, do CEPE e do CDP para o funcionamento da instituição e que nesse ano há 02 demandas 122 importantes do IFSC que são o Concurso Público e a elaboração do PDI. Por essa razão não haverá 123 uma revisão total do Regimento no ano de 2013, somente alterações pontuais. Considerando também 124 que o documento tem apenas 03 anos e que após a elaboração do PDI haverá a necessidade de sua atualização e reformulação. O Pró-Reitor, prof. Andrei, esclareceu que a proposta de alteração cria as 125 126 02 diretorias e que as coordenadorias são uma previsão e podem sofrer alterações, uma vez que não 127 estão vinculadas no Regimento Geral. Destacou-se ainda que a proposta formaliza uma estrutura que 128 já está acontecendo, institucionaliza um processo que foi necessário para não deixar em risco a 129 instituição. A conselheira Aparecida Rocha Gonçalves argumentou que de acordo com as 130 competências da DAE seria necessário e coerente acrescentar como inciso I a redação: planejar, 131 implementar, supervisionar e avaliar a política de assistência estudantil do IFSC, e propôs que o 132 Departamento de Ingresso continue na Diretoria de Ensino, para dar condição à nova diretoria de desenvolver as suas atividades. Encaminhamento: Foi aprovada a alteração do Regimento Geral 133 134 relativa à estrutura e competências da Pró-Reitoria de Ensino, com a inclusão do inciso I sugerida 135 pela conselheira Aparecida, por 18 votos a favor, 02 votos contrários e 02 abstenções. Ocorreu a 136 ausência de 01 conselheiro no momento da votação. b) Proposta do Colegiado de Desenvolvimento 137 <u>de Pessoas - CDP.</u> O conselheiro Nicanor Cardoso explicou que foi designado pelo Conselho, na 138 reunião de 17/10/2012, para acompanhar as discussões de reestruturação do CDP e relatou que o entendimento dos membros do Colegiado é de que deve ocorrer uma discussão integrada dos temas 139

relacionados à gestão de pessoas. Desta forma, concordam que incorporar a CPPD ao CDP não irá 140 141 tirar as suas atribuições, mas sim dará um fortalecimento ao processo. Os membros destacaram que 142 hoje a CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente fica à margem do processo e que a CIS -143 Comissão Interna de Supervisão, que trata dos assuntos da carreira dos técnico-administrativos, foi 144 criada e não teve atuação efetiva. A proposta de alteração do CDP prevê incorporar as 02 comissões 145 ao Colegiado, alterando o fluxo da análise dos processos e retirar a representação discente que não 146 tem atuação, uma vez que os alunos não encaminharam os seus representantes. O conselheiro 147 Nicanor Cardoso destacou que na primeira discussão sobre o tema defendeu fortalecer o CDP ou 148 extingui-lo, mas em conversa com os servidores, esses manifestaram que o CDP é uma conquista na 149 instituição. A conselheira Aparecida Rocha Gonçalves destacou que no Decreto nº 7.806/2012 a 150 CPPD é um órgão de assessoramento ao colegiado e questionou se não haveria conflito de competência. A presidente, prof. Maria Clara, esclareceu que o colegiado ao qual o decreto se refere é 151 152 o Conselho Superior e que na atual configuração existe sim um conflito de competência entre a 153 CPPD e o CDP. Além disso, ressaltou que seria inviável o Conselho se ocupar das questões de gestão de pessoas e que já houve a delegação dessa competência ao CDP. Encaminhamento: A alteração do 154 155 CDP foi aprovada de forma consensual. c) Proposta do Colegiado de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE: A Pró-Reitora de Ensino, prof. Daniela, explicou que atualmente na configuração do CEPE 156 157 existe a divisão entre as Câmaras que trabalham na análise dos processos e emissão dos pareceres e 158 os membros do colegiado que votam nas propostas, sem se envolver diretamente no processo. A Pró-159 Reitora destacou que a proposta de alteração prevê que todos os representantes sejam eleitos como 160 membros do CEPE, participantes das câmaras e com direito à votação nos processos. A presidente, 161 prof. Maria Clara, questionou sobre o elevado número de membros e sobre o argumento para que o 162 número de representantes discentes não seja igual aos demais segmentos e demonstrou sua 163 preocupação em relação ao quorum mínimo exigido para o funcionamento do Colegiado. A Pró-164 Reitora argumentou que o aumento em relação ao número de representantes se deve à nova 165 configuração do CEPE e à demanda de processos da instituição. Os conselheiros propuseram o 166 número de 05 representantes por segmento e argumentaram que deve ser respeitada a paridade. 167 Encaminhamento: Foi aprovada de forma consensual a proposta de alteração do CEPE. O número 168 de representantes foi definido em 05 por segmento para um mandato de 02 anos. A composição e o 169 funcionamento das câmaras, assim como o processo eleitoral serão disciplinados pelo Colegiado 170 conforme previsto no Regimento Geral. O CEPE fará a proposta de alteração de seu Regimento 171 Interno e a submeterá à aprovação deste Conselho. 4- Apreciação da Resolução nº 35/2012/CS -172 Aprovação do PAINT 2013: A presidente, prof. Maria Clara, informou que além da Resolução nº 35/2012 que aprova o PAINT 2013 foram emitidas mais 02 resoluções ad referendum: a) a Resolução 173 174 nº 01/2013 que homologa os servidores que irão compor a Comissão Eleitoral do Câmpus Araranguá 175 e b) a Resolução nº 02/2013 que revoga a Resolução nº 24/2008 do Conselho Diretor do CEFET-SC, tendo em vista que foi publicada a Resolução nº 19/2012 do CDP que aprova as normas para 176

concessão de afastamento para pós-graduação aos servidores do IFSC. Encaminhamento: Os 177 178 conselheiros referendaram as Resoluções 35/2012, 01/2013 e 02/2013. 5- Aprovação do 179 Planejamento 2013/2014: O Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, prof. Andrei, relatou que 180 o objetivo da apresentação sobre o Planejamento é uma retomada do processo realizado de forma 181 participativa na instituição, inclusive com o envolvimento direto de 02 conselheiros, destacando a 182 metodologia, o conteúdo, a agenda e a avaliação. Relatou que a metodologia utilizada foi a 183 elaboração de 18 macroprojetos do IFSC e em seguida a organização dos projetos nas unidades, Pró-184 Reitorias, Gabinete e os câmpus. O conteúdo está abordado no documento que descreve como foram 185 elaborados os macroprojetos e como os projetos das unidades se vinculam aos objetivos gerais e 186 quais os resultados esperados. Há também a análise de riscos e as medidas de contingências para 187 atingir os objetivos. A agenda com a proposta de trabalho do processo de planejamento traz a previsão de apreciação da revisão do Planejamento 2014 pelo Conselho Superior em junho de 2013. 188 189 A equipe da PRODIN fez uma avaliação e apresentou algumas considerações para o aprimoramento 190 do processo: os objetivos e as metas não podem ser discutidos do zero a cada ano, as metas 191 institucionais estarão no PDI 2014-2018; as orientações da PRODIN devem ser precisas em todas as 192 etapas, a orientação sobre a metodologia deve ser mais objetiva; a necessidade de uso de sistema, que já está em desenvolvimento. A presidente, prof. Maria Clara, relatou que a instituição recebe fomento 193 194 para desenvolver as ações e o governo federal estabelece as diretrizes a serem seguidas e as metas a 195 serem cumpridas. O Projeto Esplanada Sustentável prevê que cada instituição faça uma economia de 196 10% para utilizar em outras ações. Os institutos federais devem economizar em água, luz, telefone, 197 serviço de limpeza e segurança, diárias e passagens e aqueles que atingirem as metas terão uma 198 premiação de 50% a mais no orçamento do ano seguinte. Essa economia será calculada em função do 199 número de alunos da instituição e não apenas de forma linear. Os conselheiros questionaram se os 200 cursos submetidos à aprovação têm previsão do recurso necessário para a sua implantação e 201 destacou-se que para a criação dos cursos de engenharia foi realizado um estudo do impacto 202 orçamentário. Encaminhamento: Os conselheiros aprovaram o Planejamento 2013-2014 do IFSC. 6-203 Apreciação da proposta de institucionalização do PROEJA: A proposta foi retirada da pauta e será apreciada em uma próxima reunião. 7-Aprovação do PDTI 2013. O Pró-Reitor de 204 205 Desenvolvimento Institucional, prof. Andrei, explicou que uma parte do documento do Plano Diretor 206 de Tecnologia da Informação - PDTI lista as necessidades institucionais que serão financiadas pelo 207 fundo de TI e o plano de metas e ações a serem desenvolvidas, a outra parte corresponde as 208 necessidades específicas dos câmpus e da Reitoria. O PDTI foi apresentado na reunião do Codir que 209 aprovou o percentual que será destinado ao fundo de TI. O valor estimado pela equipe de elaboração 210 do PDTI foi em torno de 6,5% do orçamento dos câmpus e o percentual aprovado foi 4%. Como 211 houve algumas inconsistências das necessidades de TI dos câmpus em relação aos valores do 212 orçamento, a proposta é aprovar apenas a parte relacionada às necessidades institucionais e, em 30 213 dias após a análise e revisão de todo o documento pela equipe, aprovar a parte relacionada aos

câmpus. Encaminhamento: Os conselheiros aprovaram o PDTI 2013 e após 30 dias haverá outra 214 215 apreciação para aprovação do documento completo. 8. Organização da pauta de 2013: Na próxima 216 reunião será apresentada uma proposta para apreciação dos conselheiros. A presidente, prof. Maria 217 Clara, informou que no dia 25/03 será realizada uma reunião extraordinária para aprovação da 218 Prestação de Contas que deverá ser encaminhada à CGU até o dia 28/03/2013. Nada mais havendo a 219 tratar, a Presidente do Conselho Superior, prof. Maria Clara Kaschny Schneider, declarou encerrada a 220 reunião da qual eu, Adriana Braga Gomes, Secretária deste Conselho, lavrei a presente ata, que dato e 221 assino, após assinada pela presidente e pelos demais membros presentes.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER Presidente do Conselho Superior

FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL Representante suplente do MEC	ROSÂNGELA MARCOS FÊLIX Representante suplente da SED
SÉRGIO LUIZ GARGIONI Representante da FAPESC	(justificou a ausência) ANTÔNIO JOSÉ CARRADORE Representante da FIESC
ALESSANDRA TAGLIARI CAETANO DA SILVA Representante da FAESC	ANA JÚLIA RODRIGUES Representante da CUT SC
FABRÍCIO DE SOUZA ALBINO Representante da NCST SC	DALTON LUIS VENTURA Representante dos egressos
CESAR NORBERTO RIHL DE AZAMBUJA Representante dos egressos	WIDOMAR PEREIRA CARPES JÚNIOR Representante dos diretores gerais
ERCI SCHOENFELDER Representante dos diretores gerais	MARIA BERTÍLIA OSS GIACOMELLI Representante dos diretores gerais
RAQUEL MATYS CARDENUTO Representante suplente dos diretores gerais	CLODOALDO MACHADO Representante dos docentes

MARCOS ARAQUEM SCOPEL	CLEVERSON TABAJARA VIANNA	
Representante dos docentes	Representante dos docentes	
BERENICE DA SILVA JUNKES	APARECIDA ROCHA GONÇALVES	
Representante dos docentes	Representante dos técnicos administrativos	
(justificou a ausência)		
ANDRESSA BREGALDA	CEDENIR BUZANELO SPILLERE	
Representante dos técnicos administrativos	Representante dos técnicos administrativos	
ELIANA CRISTINA BAR	JOANA ALEXANDRINA	
Representante dos técnicos administrativos	Representante dos discentes	
(ausente)		
EMANUEL LUIZ FLORES DA SILVA	FERNANDO TOPAL RAMTHUN	
Representante dos discentes	Representante dos discentes	
GUERRANDO PALEI JUNIOR	ADRIANA BRAGA GOMES	
Representante dos discentes	Secretária do Conselho Superior	